



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 06

**Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN**

Professor: Ricardo Vale

**AULA 06- LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE  
DE INTELIGÊNCIA**

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Palavras Iniciais	1
2- Nacionalidade	2 - 39
3- Lista de Questões e Gabarito	40 - 45

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Na aula de hoje, estudaremos a **Lei nº 6.815/80**, também conhecida como **Estatuto do Estrangeiro**. Para situarmos o aluno, também teremos que estudar alguns dos principais dispositivos da Constituição Federal acerca do tema da Nacionalidade.

Boa aula a todos! 😊

Um abraço,

Ricardo Vale

**"O segredo do sucesso é a constância no objetivo!"**

## 1- Nacionalidade:

### 1.1- Introdução:

Segundo a doutrina dominante, os elementos constitutivos do Estado são território, povo e governo soberano. Dentre esses três elementos, **o povo é o que constitui a dimensão pessoal do Estado**. Ao contrário da população (composta pelo conjunto de pessoas que habitam o território de um Estado), o povo compõe-se dos seus nacionais, independentemente do local em que residam.

A nacionalidade é justamente o **vínculo jurídico-político** entre o Estado soberano e o indivíduo, que torna este um membro integrante da comunidade que constitui o Estado. Segundo Mazzuoli, a nacionalidade comporta duas dimensões: a **dimensão vertical** (que liga o indivíduo ao Estado) e a **dimensão horizontal** (que liga o indivíduo ao elemento povo).<sup>1</sup> A dimensão vertical da nacionalidade impõe obrigações ao indivíduo perante o Estado, próprias de uma relação de subordinação. Já a dimensão horizontal pressupõe uma relação sem grau hierárquico, isto é, uma relação paritária do indivíduo com a comunidade à qual pertence.

Compete a **cada Estado legislar sobre sua própria nacionalidade**, respeitando, é claro, os compromissos gerais e particulares aos quais tenha se obrigado. O **Estado soberano** é, afinal, o único outorgante possível da nacionalidade. É ele quem tem poder para determinar quem são seus nacionais, quais as condições de aquisição da nacionalidade e, ainda, disciplinar sua perda. Cabe a cada Estado, segundo considerações de ordem política, ser mais ou menos rígido na definição de seus nacionais.<sup>2</sup> Pode-se afirmar, portanto, que o estabelecimento de critérios para a concessão de nacionalidade é ato de manifestação da soberania estatal.

A nacionalidade é um **direito fundamental da pessoa humana**, o que faz com que seja dispensada especial atenção ao tema em âmbito internacional. Um dos princípios fundamentais em matéria de nacionalidade está insculpido no art.15 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948). Segundo o referido dispositivo, **o Estado não pode arbitrariamente privar o indivíduo de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade**. E ainda, o mais importante: **todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade**.

**Nacionalidade não se confunde com cidadania**. A cidadania é um atributo que diferencia aqueles que possuem pleno gozo dos direitos políticos daqueles que não possuem esse direito. Já a nacionalidade é o

<sup>1</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

<sup>2</sup> VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**, São Paulo: Saraiva, 2009

que diferencia os nacionais dos estrangeiros, isto é, diferencia os indivíduos que possuem uma ligação pessoal com o Estado daqueles que não o tem. **O conceito de nacionalidade é mais amplo que o de cidadania**, o que se pode depreender a partir do exame do caso brasileiro. Como regra geral, todos aqueles que possuem cidadania brasileira também possuem nacionalidade brasileira. Já o contrário nem sempre é verdade! Uma criança de 5 anos de idade possui nacionalidade brasileira, mas não possui cidadania, pois ainda não goza plenamente de seus direitos políticos.

### **Nacionalidade também não se confunde com naturalidade.**

A naturalidade diz respeito unicamente ao local em que a pessoa nasceu (quem nasce na cidade do Rio de Janeiro é carioca) e não tem, necessariamente, ligação com a nacionalidade. É possível, por exemplo, que um indivíduo nasça em Paris e tenha nacionalidade brasileira.

Mas com base em quais critérios um Estado confere nacionalidade a uma pessoa?

Segundo Rezek, o vínculo patrial não deve se fundar na pura formalidade ou no artifício, mas na existência de laços sociais consistentes entre o indivíduo e o Estado em respeito ao **princípio da efetividade**. A Convenção de Haia sobre Conflitos de Nacionalidade de 1930 ratifica esse entendimento, dispondo que **a nacionalidade somente será oponível a outro Estado se possuir um mínimo de efetividade**.

Mas quais seriam esses laços sociais? Como se pode atribuir a nacionalidade?

É o que estudaremos em sequência...

## **1.2- Nacionalidade Originária x Nacionalidade Derivada:**

A **atribuição de nacionalidade** poderá ocorrer de forma **originária** ou de forma **derivada**.

De maneira geral, a **nacionalidade originária** resulta da consideração do lugar do nascimento ("*jus soli*") ou da nacionalidade dos pais ("*jus sanguinis*"). É possível, em alguns casos, que a manifestação de vontade seja elemento para a aquisição de nacionalidade, mas mesmo esta deve se apoiar em fatos sociais que liguem o indivíduo ao Estado.

Quando há um conflito positivo entre os princípios do "*jus soli*" e "*jus sanguinis*", ocorre o fenômeno da **polipatria**. Em contrapartida, quando há um conflito negativo entre "*jus soli*" e "*jus sanguinis*", ocorre a

ausência de nacionalidade – **apatría**. Vejamos um exemplo de cada uma dessas situações:

**1) Polipatria:** quando dois ou mais Estados reconhecem uma pessoa como seu nacional. Imagine que um Estado X adota o critério *jus sanguinis* e outro Estado Y adota o critério *jus soli*. Aí nasce uma criança no Estado Y, mas filha de nacionais do Estado X. O que acontece com essa criança? Torna-se nacional dos dois Estados!

**2) Apatría:** quando uma pessoa não adquire a nacionalidade de nenhum Estado. Imagine que um Estado X adote o critério *jus sanguinis* e outro Estado o critério *jus soli*. Aí nasce uma criança no Estado X, mas filha de nacionais do Estado Y. Novamente, o que acontece com essa criança? Fica sem nacionalidade alguma, tornando-se um apátrida, também chamado de *heimatlos*.

Segundo Portela, a apatría, apesar de ferir o direito humano à nacionalidade, ainda ocorre em vários casos, seja em razão da perda arbitrária da nacionalidade (o que ocorre por motivos políticos) ou pela não-incidência de nenhum critério de atribuição de nacionalidade.<sup>3</sup>

A **nacionalidade derivada**, por sua vez, é **obtida mediante naturalização**, que normalmente exige requisitos como alguns anos de residência no país, domínio do idioma e outros mais, ou ainda em virtude de casamento e a nacionalização em virtude de formação de novo Estado ou do desmembramento de outro Estado. Com efeito, a concessão de nacionalidade derivada é baseada em fatos sociais que ligam o indivíduo ao Estado, sem os quais o reconhecimento da sua nacionalidade por outros governos e nos foros internacionais, poderia ficar comprometido. De qualquer forma, é um direito soberano de cada Estado conceder a alguém sua nacionalidade por naturalização sem apoio em fatos sociais, o que poderá implicar, no entanto, em falta de efetividade da medida no plano internacional.

Vejamos como esse assunto já foi cobrado em prova!



## 1. (OAB – 2007)- Nacionalidade é o vínculo entre o indivíduo e a nação.

<sup>3</sup> PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: Editora Juspodium, 2009

**Comentários:**

A nacionalidade é o vínculo entre o Estado e o indivíduo. Nação é um conceito diferente do de Estado. Questão errada.

**2. (Juiz Federal 1ª Região -2006)- A dimensão horizontal da nacionalidade é a ligação do indivíduo com o Estado a que pertence, que lembra a relação do vassalo com o seu suserano, e que contém uma série de obrigações do indivíduo para com o Estado.**

**Comentários:**

A ligação do indivíduo com o Estado a que pertence é a dimensão vertical da nacionalidade, que pressupõe uma relação de subordinação. A dimensão horizontal da nacionalidade é o vínculo do indivíduo com a comunidade a qual pertence. Questão errada.

**3. (Juiz Federal 1ª Região -2006)-A cidadania acentua o aspecto internacional, ao distinguir entre nacionais e estrangeiros, enquanto que a nacionalidade valoriza o aspecto nacional.**

**Comentários:**

A cidadania é um atributo que diferencia aqueles que possuem pleno gozo dos direitos políticos daqueles que não possuem esse direito. Dessa forma, seu objetivo não é distinguir entre nacionais e estrangeiros. Questão errada.

**4. (Juiz Federal 1ª Região-2006)-A nacionalidade é geralmente definida como o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado, ou, em outras palavras, o elo entre a pessoa física e um determinado Estado.**

**Comentários:**

Essa é a exata definição de nacionalidade! A nacionalidade é um vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado. Questão correta.

**5. (Juiz Federal 1ª Região-2006)-A nacionalidade primária ou originária ocorre por via da naturalização, isto é, voluntária ou em tempos idos, também imposta e, em certos países, por meio do casamento.**

**Comentários:**

A nacionalidade primária ou originária é aquela que o indivíduo recebe no momento do seu nascimento. Já a nacionalidade derivada, é atribuída a partir de um ato voluntário do indivíduo. Questão errada.

**6. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)- As regras básicas a respeito da concessão de nacionalidade são estabelecidas pelo direito internacional público.**

**Comentários:**

Apesar de existirem algumas regras gerais sobre nacionalidade estabelecidas em convenções internacionais, o Estado soberano é quem possui competência para, no âmbito do seu direito interno, legislar sobre sua concessão. Logicamente, no uso de sua competência, os Estados deverão respeitar os compromissos assumidos. A questão está, portanto, errada. As normas de concessão de nacionalidade são fixadas pelo direito interno de cada Estado.

**7. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002) - A nacionalidade primária – ou originária – resulta de fato natural, o nascimento, e a secundária – ou adquirida -, de fato voluntário.**

**Comentários:**

A nacionalidade originária decorre de um fato natural: o nascimento. Em outras palavras, quando um indivíduo nasce, ele automaticamente recebe uma nacionalidade originária, normalmente concedida com base em dois critérios: “jus soli” ou “jus sanguinis”.

A nacionalidade derivada, por sua vez, decorre de um ato voluntário, isto é, por meio da naturalização solicitada por um indivíduo. Questão correta.

**8. (Consultor Legislativo/Senado-2002)-Nacionalidade é um conceito mais amplo que o de cidadania. Por conseguinte, pressupõe-se que todo cidadão brasileiro é titular da nacionalidade brasileira, seja ela primária ou secundária.**

**Comentários:**

Exato! Nem todo brasileiro é cidadão, mas todo cidadão da República Federativa do Brasil é brasileiro. Logo, nacionalidade é um conceito mais amplo do que o de cidadania. Questão correta.

## 1.3 – Atribuição de Nacionalidade pelo direito brasileiro:

### 1.3.1- Nacionalidade Originária:

As normas definidoras da nacionalidade no direito brasileiro estão definidas na própria Constituição Federal de 1988, mais especificamente em seu art. 12.

A atribuição de nacionalidade no Brasil segue regras gerais costumeiras de direito internacional, podendo ser a nacionalidade originária ou derivada.

A **nacionalidade originária** é a que se atribui aos **brasileiros natos**, sendo ela conferida a uma pessoa levando-se em consideração tanto o critério “*jus soli*” quanto o critério “*jus sanguinis*”. Vejamos o que nos diz o art.12, inciso I da CF/88:

**Art. 12.** São brasileiros:

**I** - natos:

- a)** os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b)** os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c)** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Na **primeira hipótese** de atribuição de nacionalidade, diz-se que **são brasileiros natos aqueles que tenham nascido no território brasileiro** ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. Verificamos nessa regra a aplicação do **critério “*jus soli*”** e podemos vislumbrar três situações diferentes:

**1)** Um filho de pai ou mãe brasileiros, ou ambos, nasce em território brasileiro: será brasileiro nato.

**2)** Um filho de estrangeiros que estão a serviço de seu país nasce em território brasileiro: não será brasileiro nato. Cabe destacar que é uma regra consuetudinária de direito internacional que os filhos de agentes de Estados estrangeiros, como diplomatas e cônsules, sejam normalmente excluídos da atribuição de nacionalidade pelo critério “*jus soli*”.

**3)** Um filho de estrangeiros que não estão a serviço de seu país nasce em território brasileiro: será brasileiro nato.



Na **segunda hipótese** de atribuição de nacionalidade, diz-se que **são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil**. Claramente verificamos que a atribuição de nacionalidade por esta regra é feita com base no **critério jus sanguinis**, havendo a necessidade de satisfazer dois requisitos:

- 1) Ser filho de pai brasileiro ou mãe brasileira.
- 2) O pai ou a mãe, ou ambos, deverão estar a serviço do Brasil no exterior.

“Mas Ricardo, e se o indivíduo que nascer no exterior for filho de pai ou mãe brasileira e estes não estiverem a serviço do Brasil?”

Excelente pergunta! Partimos aí para a **terceira hipótese de aquisição de nacionalidade originária**. Será brasileiro nato o nascido no estrangeiro e filho de pai ou mãe brasileira que não estejam a serviço do Brasil **desde que**:

- 1) Seja registrado em repartição competente ou;
- 2) Venha a residir na República Federativa do Brasil e opte em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assim, há **duas possibilidades** diferentes de aquisição de nacionalidade de acordo com o art. 12, inciso I, alínea c. Ou o indivíduo é registrado em repartição brasileira competente ou ele vem a residir no Brasil e, após a maioridade, manifesta sua vontade de adquirir a nacionalidade brasileira.

Na primeira possibilidade, o registro do indivíduo perante repartição competente é condição suficiente para que ele seja considerado brasileiro nato. Na segunda possibilidade, o indivíduo precisa residir no Brasil e ainda manifestar sua vontade. Ressalte-se que essa manifestação de vontade somente poderá ocorrer após a maioridade.

Uma última pergunta: e se o filho de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil e que tenha nascido no exterior vier a residir no país ainda enquanto menor? Qual será sua nacionalidade?

Segundo a **jurisprudência do STF**, se esse indivíduo vier a residir no Brasil enquanto menor, ele **será considerado desde já brasileiro nato**. Entretanto, sua nacionalidade estará **sujeita à posterior confirmação** quando atingida a maioridade.

### 1.3.2- Nacionalidade Derivada:

A nacionalidade derivada é a que se confere àqueles que se naturalizam brasileiros. De acordo com o direito constitucional brasileiro, a naturalização irá ocorrer sempre mediante manifestação da vontade do indivíduo, ou seja, a **naturalização será sempre expressa**. Vejamos como a matéria está regulada pelo art.12, inciso II da CF.

**Art. 12.** São brasileiros:

...

**II** - naturalizados:

- a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Na **hipótese da alínea "a"**, a concessão de naturalização é **ato discricionário** do Chefe do Poder Executivo, não possuindo o interessado direito subjetivo em sua aquisição. Para que a naturalização possa ser concedida, entretanto, é necessário que ele cumpra os requisitos previstos em lei. Atualmente, a Lei nº 6815/80 regula o assunto, estabelecendo que são condições para a concessão da naturalização a capacidade civil, ser registrado como permanente no Brasil, residência contínua pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização, ler e escrever a língua portuguesa, bom procedimento, dentre outras.

A CF/88 faz uma ressalva em relação aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa, dos quais somente se exige que tenham idoneidade moral e residam no Brasil por um ano ininterrupto.

Na **hipótese da alínea "b"**, a concessão de naturalização é dita extraordinária, já que o cumprimento das condições elencadas pela Constituição Federal gera um **direito subjetivo** do interessado em adquirir a nacionalidade brasileira. Os requisitos, todavia, são muito mais difíceis de se preencher: residência ininterrupta no Brasil há mais de 15 anos, ausência de condenação penal e requerimento do interessado.

### 1.4- Perda de Nacionalidade:

A perda da nacionalidade é, nada mais nada menos, do que a **extinção do vínculo patrial que liga o Estado ao indivíduo**. A perda

da nacionalidade, em âmbito internacional, usualmente ocorre devido à aquisição de outra nacionalidade por naturalização, regra que evita o fenômeno da dupla nacionalidade.

No Brasil, a perda de nacionalidade ocorrerá em duas situações diferentes:

**1) Quando o brasileiro tiver sua naturalização cancelada** por sentença judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. O cancelamento de naturalização ocorrerá mediante uma ação judicial, em razão de ter o indivíduo praticado atividade nociva ao Estado. Uma vez que tenha transitado em julgado essa ação, **o indivíduo somente poderá readquirir a nacionalidade brasileira mediante uma ação rescisória**, não sendo possível uma nova naturalização.

**2) Quando o brasileiro adquirir outra nacionalidade**, salvo no casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Perceba-se que **até mesmo o brasileiro nato poderá perder sua nacionalidade**.

A reaquisição de nacionalidade brasileira no caso de perda por naturalização voluntária será feita mediante decreto do Presidente da República, se o indivíduo estiver domiciliado no Brasil.

Como podemos ver, a segunda regra comporta **duas exceções em que o brasileiro terá dupla nacionalidade**. Podemos dizer, portanto, que é possível que um brasileiro adquira outra nacionalidade e, mesmo assim, continue a ser brasileiro. Mas quando isso é possível?

**1) Quando há o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.** O maior exemplo são os filhos de pai ou mãe italianos, que pela aplicação do critério *jus sanguinis* são italianos natos, mas se tiverem nascido no Brasil serão também brasileiros natos (*jus soli*), desde que seus pais não estivessem a serviço da Itália no Brasil.

**2) Quando a lei estrangeira impõe a naturalização** como condição para permanência no território ou para que se possa exercer os direitos civis. Nesse caso, a aquisição da nacionalidade estrangeira ocorreu motivada por um fator alheio à vontade do brasileiro, logo ele não perderá a sua nacionalidade. Se, de forma inversa, o brasileiro estiver morando na Alemanha e, **por vontade própria**, desejar se naturalizar alemão, aí sim ele perderá o vínculo patrial com o Brasil.

Vejamos como esse assunto já foi cobrado em prova!



**9. (AGU-2010)-Um diplomata brasileiro, servindo em um Estado estrangeiro, contraiu empréstimo em um banco oficial desse Estado, a fim de quitar dívidas escolares de seu filho, que com ele reside e dele depende financeiramente, mas não pagou a dívida. Se o filho em questão tiver nascido no referido Estado estrangeiro, ele será brasileiro nato, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.**

**Comentários:**

O nascido no exterior e filho de pai brasileiro ou mãe brasileira que estejam a serviço da República Federativa do Brasil será automaticamente brasileiro nato, ***independente do cumprimento de qualquer condição***. Questão errada.

**10. (OAB-2007)- Considere que, durante uma viagem de navio, um casal de argentinos, que deixara seu país rumo a um passeio pelo Caribe, tenha uma criança no momento em que o navio transite no mar territorial brasileiro. Nessa situação, a criança terá nacionalidade brasileira.**

**Comentários:**

O mar territorial brasileiro está sujeito à jurisdição do Brasil. Logo, se o casal de argentinos teve um filho no momento em que o navio transitava pelo mar territorial brasileiro, considera-se que a criança nasceu em território brasileiro e, portanto, pelo art. 12, inciso I, alínea "a" da CF/88, será brasileiro nato. Questão correta.

Eu sei que ninguém gostou de saber que um filho de argentinos pode ser brasileiro, mas a vida é assim mesmo! ☺ Tomara que nenhum argentino esteja lendo essa aula! ☺

**11. (OAB – 2007)- A Constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.**

**Comentários:**

Se nascer uma criança no exterior filha de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil, há duas hipóteses em que ela será um brasileiro nato:

1) Quando for registrado em repartição competente ou;

2) Quando venha a residir na República Federativa do Brasil e opte em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

A questão está, portanto, errada.

**12. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)-São brasileiros natos os nascidos em navios mercantes brasileiros, onde quer que se encontrem.**

**Comentários:**

Se um indivíduo nascer em um navio mercante brasileiro que não esteja em águas territoriais brasileiras, ele não será brasileiro nato, a menos que seja filho de pai brasileiro ou mãe brasileira que estejam a serviço da República Federativa do Brasil. A questão está, portanto, errada.

**13. (ATRFB – 2009)-O estrangeiro que tenha filho ou cônjuge brasileiro preenche automaticamente os requisitos para a naturalização**

**Comentários:**

Não basta que o estrangeiro tenha filho ou cônjuge brasileiro para que ele possa se naturalizar. Para que possa adquirir a nacionalidade derivada, o estrangeiro precisa cumprir outros requisitos. Questão errada.

**14. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)- Têm direito à naturalização, no Brasil, os indivíduos originários de países de língua portuguesa que residam no país por um ano ininterrupto e sejam moralmente idôneos.**

**Comentários:**

De acordo com o art.12, inciso II, alínea “a” da CF / 88, os indivíduos originários de língua portuguesa somente precisam preencher dois requisitos para a naturalização: i) residência por um ano ininterrupto e ii) idoneidade moral. Logo, a questão está correta.

**15. (OAB 2009.1)-Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.**

**Comentários:**

É possível sim que um brasileiro nato perca a nacionalidade brasileira, na hipótese em que **adquirir outra nacionalidade**. Nessa situação, ele somente não perderá a nacionalidade brasileira caso a lei estrangeira reconheça a nacionalidade originária ou a norma estrangeira imponha a naturalização como condição para permanência no território ou para o exercício de direitos civis. Questão errada.

**16. (OAB 2009.1)- Brasileiro naturalizado que, em virtude de atividade nociva ao Estado, tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial só poderá readquiri-la mediante ação rescisória.**

**Comentários:**

Quando um brasileiro tiver sua naturalização cancelada por ação judicial, não caberá um novo pleito de naturalização. Nesse sentido, ele somente poderá readquiri-la mediante ação rescisória. Questão correta.

**17. (OAB 2009.1)-Eventual pedido de reaquisição de nacionalidade feito por brasileiro naturalizado será processado no Ministério das Relações Exteriores.**

**Comentários:**

Uma vez cancelada a naturalização, a única forma para readquirir a nacionalidade brasileira é por meio de uma ação rescisória. Questão errada.

**18. (OAB 2009.1)-A reaquisição de nacionalidade brasileira é conferida por lei de iniciativa do presidente da República.**

**Comentários:**

A reaquisição de nacionalidade brasileira ocorrerá: i) por meio de ação rescisória (no caso de cancelamento de naturalização) ou; ii) por meio de decreto do Presidente (no caso de naturalização voluntária). Questão errada.

**19. (OAB-2007)-A perda da nacionalidade brasileira somente poderá ocorrer caso haja aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária.**

**Comentários:**

A perda da nacionalidade brasileira também poderá ocorrer **quando o brasileiro tiver sua naturalização cancelada** por sentença

judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. Questão errada.

## 1.4- Condição Jurídica do Estrangeiro:

### 1.4.1- Admissão, Entrada e Impedimento:

#### 1.4.1.1-Admissão:

Para efetuar o controle dos estrangeiros que adentram o território nacional, os Estados se utilizam de um instrumento bem conhecido por todos: o passaporte. É justamente através do passaporte que o Estado identifica o estrangeiro e é neste documento que se coloca o visto de entrada. O visto é um instrumento utilizado pelos Estados para controlar a entrada de estrangeiros em seu território.

Cada país possui sua própria legislação no que diz respeito aos tipos de visto, mas em geral eles são de três categorias diferentes: **visto permanente**, **visto temporário** e **visto de turista**.

O **visto permanente** é o que concede o direito ao estrangeiro de residir com ânimo definitivo no território do Estado. Logicamente, é o mais difícil de se obter, o que é agravado nos dias de hoje devido à ameaça de que a entrada de estrangeiros cause desemprego aos nacionais.

O **visto temporário** é o que permite que o estrangeiro resida no território do Estado, mas sem ânimo definitivo. É normalmente concedido quando a presença do estrangeiro no país é desejável, como, por exemplo, quando este representa uma mão-de-obra qualificada.

O **visto de turista** é o que possui a menor duração entre todos. Na concessão do visto de turista são levados em consideração, além dos interesses de segurança nacional, os interesses turísticos do país.

Como se vê, há uma diferença fundamental entre o visto que é concedido aos imigrantes, que se instalam definitivamente no país, e o visto concedido aos temporários, quer estes sejam estudantes, turistas ou pessoas de negócio.

Rezek chama a atenção para a existência de outra modalidade de visto, que é o diplomático, concedido a representantes de outros Estados, cuja presença no território nacional é também temporária.

“Mas Ricardo, sempre que um estrangeiro vai para o exterior ele precisa de visto?”



Não, nem sempre o visto é necessário! É possível que, **mediante tratados bilaterais** ou ainda pelo **exercício da reciprocidade**, os **países dispensem o visto** no passaporte de estrangeiros. Segundo Rezek, “o ingresso de um estrangeiro com passaporte não visado faz presumir que sua presença no país será temporária”.<sup>4</sup>

A legislação brasileira que dispõe sobre a concessão de vistos é a Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro). Logo em seu art. 3º, a referida lei dispõe que a concessão do visto, sua prorrogação ou transformação ficarão sempre **condicionadas aos interesses nacionais**. Com essa afirmação, resta claro que é **ato discricionário** do Estado brasileiro autorizar o ingresso e a estadia de estrangeiro no País.

A Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) prevê **diferentes tipos de visto**:

**1) Visto de trânsito:** poderá ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, precisa passar pelo território nacional. É o caso de um estrangeiro que precisa passar pelo Brasil para ir à Argentina. O visto de trânsito poderá ser concedido pelo **prazo improrrogável de até 10 dias** e está condicionado a uma única entrada no território nacional.

Cabe destacar que **não será exigido visto de trânsito ao estrangeiro em viagem contínua**, que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado. Um estrangeiro que faça uma escala no aeroporto de Guarulhos, antes de pegar um voo para a Argentina, não precisará, por exemplo, de visto de trânsito (a viagem é contínua).

**2) Visto de turista:** poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita. Considera-se que o estrangeiro é um turista quando sua vinda não tem finalidade imigratória, tampouco o intuito de exercício de atividade remunerada.

**3) Visto temporário:** poderá ser concedido ao estrangeiro nas hipóteses do art.13 da Lei nº 6815/80, quais sejam: **i)** em viagem cultural ou em missão de estudos; **ii)** em viagem de negócios; **iii)** - na condição de artista ou desportista; **iv)** - na condição de estudante; **v)** - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; **vi)** - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira; **vii)** - na condição de ministro de confissão religiosa

---

<sup>4</sup> REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**, 11ª Ed, rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.



ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.

Você não precisa decorar todas essas hipóteses! Basta ter a noção de que o visto temporário é concedido quando o estrangeiro for realizar uma atividade de caráter temporário no território nacional.

**4) Visto permanente:** poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no país. O estrangeiro admitido no Brasil na condição de permanente, temporário ou asilado deverá registrar-se no Ministério da Justiça. No entanto, se ele se naturalizar brasileiro, seu registro será cancelado.

**5) Visto de cortesia, visto oficial e visto diplomático:** as hipóteses de concessão desses vistos não estão previstas em lei, mas tão somente em ato do Ministro das Relações Exteriores. O visto oficial é o concedido a autoridades de outros Estados. Já o diplomático é devido a agentes diplomáticos e consulares e suas respectivas famílias. O visto de cortesia, por sua vez, é concedido nos casos que não se enquadram em nenhuma outra situação.

O Estatuto do Estrangeiro, em seu art. 6º, determina expressamente que a **posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto** de qualquer natureza, ou autorização de permanência no território nacional. Destaque-se que a concessão de visto, no Brasil, é **individual**, podendo ser estendida a dependentes legais.

Ao estrangeiro que tenha entrado na **condição de turista, temporário ou asilado** e aos titulares **de visto de cortesia, oficial ou diplomático**, poderá ser concedida a **prorrogação** do prazo de estada no Brasil. A prorrogação do prazo de estada do turista não excederá a 90 (noventa) dias, podendo ser cancelada a critério do Ministério da Justiça.

Na saída de estrangeiro do território nacional, **não se exigirá visto de saída**. O estrangeiro registrado como **permanente** que se ausentar do Brasil, poderá **regressar independentemente de visto** se o fizer dentro de **2 (dois) anos**. Já o estrangeiro registrado como **temporário** que se ausentar do país poderá **regressar independentemente de visto** se o fizer dentro do **prazo de validade de sua estada** no território nacional.

Segundo o art. 7º, da Lei nº 6.815/80, o visto **não será concedido** ao estrangeiro nas seguintes situações: **i)** menor de 18 anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa; **ii)** estrangeiro considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais; **iii)** anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada; **iv)** condenado ou processado em outro país

por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira ou; **v)** que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

O **estrangeiro domiciliado em país limítrofe** pode, respeitados os interesses da segurança nacional, **entrar nos municípios fronteiriços**, desde que apresente prova de identidade. Ele também poderá exercer atividade remunerada no Brasil, recebendo para isso documento especial que o identifique, assim como Carteira de Trabalho e Previdência Social. Dessa forma, o estrangeiro domiciliado em país limítrofe poderá realizar **atividade remunerada independentemente de visto**. No entanto, isso não confere ao estrangeiro o direito de fixar residência no Brasil.

#### 1.4.1.2 – Entrada:

A entrada do estrangeiro no território nacional somente poderá ocorrer pelos **loais onde houver fiscalização dos órgãos competentes** dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda. Nada mais natural, eis que é necessário que se proceda, nesse local, ao **controle aduaneiro** de mercadorias, veículos e pessoas. O controle aduaneiro de mercadorias e veículos compete à Receita Federal; o controle aduaneiro de pessoas (controle de passaportes) compete à Polícia Federal.

Segundo o art. 24, da Lei nº 6.815/80, nenhum estrangeiro procedente do exterior poderá afastar-se do local de entrada e inspeção, sem que o seu documento de viagem e o cartão de entrada e saída hajam sido visados pelo órgão competente do Ministério da Justiça (Polícia Federal). Em outras palavras, **não pode um estrangeiro tentar ludibriar a Polícia Federal, escapando à inspeção de seu passaporte**.

#### 1.4.1.3- Impedimento:

O visto concedido pela autoridade consular brasileira configura mera **expectativa de direito**. A entrada, a estadia ou o registro do estrangeiro poderá ser obstado (impedido) em razão da **inconveniência de sua presença no território nacional**, a critério do Ministério da Justiça (Polícia Federal). O impedimento da entrada, estadia ou registro do estrangeiro também ocorrerá se verificada alguma das **situações previstas no art. 7º**, da Lei nº 6.815/80 (vedações à concessão de visto).

Não há que se confundir o impedimento com a deportação (o que é bastante comum!). Segundo Rezek, no caso de **impedimento**, o estrangeiro **nem mesmo ultrapassa a barreira policial** da fronteira, porto ou aeroporto. A deportação, conforme estudaremos mais à frente, é forma de exclusão do território nacional do estrangeiro cuja entrada foi irregular ou cuja estadia tornou-se irregular.

#### 1.4.2- Asilo Político:

De acordo com o art. 4º, inciso X, da CF/88, o Brasil rege-se em suas relações internacionais pelo respeito ao princípio da concessão de asilo político. O asilo político é uma proteção dada ao estrangeiro perseguido por **delito de natureza política ou ideológica**. Trata-se de **instituto humanitário** de proteção individual, com expressa previsão constitucional. Justamente em virtude de sua natureza humanitária, a concessão de asilo político **não está sujeita à reciprocidade** e **não pode ser considerada ato inamistoso**.

A concessão de asilo político é reconhecida, inclusive, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. O referido diploma internacional estabelece em seu art. 14 que *"todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países."*

O asilo consiste no acolhimento de estrangeiro por um Estado que não seja o seu, em virtude de **perseguição política** por seu próprio país ou por terceiro. A perseguição deve ser **atual** e motivada, em regra, por dissidência política, livre manifestação do pensamento ou crimes relacionados com a segurança do Estado e que não configurem crimes no direito penal comum. São **questões ideológicas** que motivam a perseguição.

Segundo José Afonso da Silva, cabe ao Estado asilante a classificação da natureza do delito e dos motivos da perseguição, já que o Estado do asilado tem a tendência de negar a natureza política do delito imputado e dos motivos da perseguição, para considerá-la comum<sup>5</sup>. A **concessão de asilo político** é, mais uma vez, um **ato discricionário**, não sendo obrigatória. Assim, diante de um pedido de asilo político, pode haver manifestação negativa do Estado. A concessão de asilo político é, assim, **ato de soberania estatal**. Essa é a doutrina majoritária, embora tenhamos doutrinadores minoritários que entendem que, por haver expressa previsão constitucional, a concessão de asilo seria ato vinculado.

---

<sup>5</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 18ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

No Brasil, a concessão de asilo compete ao Poder Executivo nacional. Deverá o estrangeiro **procurar a Polícia Federal** e prestar declarações justificando o motivo da perseguição. O processo é submetido ao **Ministério das Relações Exteriores, que dá um parecer sobre o caso**, sendo a **decisão final do Presidente da República**<sup>6</sup>. Uma vez concedido o asilo, o Ministério da Justiça irá lavrar termo no qual fixará o prazo de estada do asilado no país e os deveres que lhe impõe o direito internacional e a legislação interna em vigor.

Destaque-se que, embora seja inadmissível no Brasil a extradição por crime político ou de opinião, **não há incompatibilidade absoluta entre o instituto do asilo e o da extradição passiva**<sup>7</sup>. Isso porque o **STF não está vinculado ao juízo formulado pelo Poder Executivo na concessão desse benefício** regido pelo direito internacional.<sup>8</sup> Em outras palavras, mesmo que o Poder Executivo conceda asilo político a um estrangeiro, o STF poderá, *a posteriori*, autorizar a extradição.

O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) traz alguns poucos dispositivos acerca do refúgio. Segundo o art. 28, o estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar. O art. 29, por sua vez, dispõe que **o asilado não poderá sair do país sem prévia autorização do governo brasileiro**. Caso o faça, isso implicará na **renúncia ao asilo** e **impedirá o reingresso** nessa condição.

Uma forma provisória de asilo político é o **asilo diplomático**, também conhecido como asilo extraterritorial, que consiste em pedir acolhimento à repartição diplomática estrangeira. É concedido, portanto, pelo chefe da missão diplomática, não podendo ser concedido em repartições consulares. Trata-se de instituto de **aceitação costumeira nos países da América Latina, não sendo reconhecido na maioria dos outros países**. Configura-se em exceção à competência que o Estado exerce sobre seu território.

Quem de vocês acompanhou, em 2009, o caso do presidente de Honduras que pediu proteção à embaixada brasileira naquele país?

<sup>6</sup> <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA1BC41DEITEMID9B1BA6569AF5461A8C646C84AFF8D6C2PTBRNN.htm>

<sup>7</sup> Quando se fala em **extradição passiva**, o objetivo é dizer que o Brasil é o **Estado requerido**. Por outro lado, quando se fala em **extradição ativa**, o Brasil é o **Estado requerente**.

<sup>8</sup> Ext 524/República do Paraguai, Rel.: Min. Celso de Mello, Julgamento: 31/10/1990, Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

Pois bem, temos aí um caso de asilo diplomático, em que o presidente deposto de Honduras, Manoel Zelaya, estava sendo perseguido por motivações políticas e pediu proteção à embaixada brasileira. Destaque-se, todavia, que aquela foi uma situação atípica, em que não houve um pedido formal de asilo diplomático feito por Manoel Zelaya.

É importante ter cuidado para não confundir o instituto do **asilo político** com o instituto do **refúgio**. O refúgio tem **natureza geral** (e não política!), sendo regulado pela Lei nº 9.474/97, que estabelece, em seu art. 1º, que **será reconhecido como refugiado** todo indivíduo que:

i) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

ii) não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no tópico acima;

iii) devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

De acordo com o art. 33 da Lei nº 9474/97, **o reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio**. A concessão do refúgio, em primeira instância, compete ao CONARE (Comissão Nacional para os Refugiados). Em caráter recursal, caberá ao Ministro da Justiça a decisão de conceder o refúgio.

Destaque-se, aqui, o **princípio do non-refoulement**, segundo o qual a **concessão do status de refugiado** a um indivíduo impede a sua exclusão injustificada para o país onde sofreu ou possa vir a sofrer perseguição capaz de violar ou ameaçar seus direitos reconhecidos.

Vejamos como esse assunto já foi cobrado em prova!



**20. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação dependem do cumprimento dos requisitos previstos em lei, independentemente dos interesses nacionais.**

**Comentários:**

A concessão de visto, sua prorrogação e transformação estão sempre **condicionadas aos interesses nacionais**. Questão errada.

**21. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) O visto é individual e a sua concessão poderá estender-se aos dependentes legais do estrangeiro requerente.**

**Comentários:**

O visto é individual, podendo sua concessão ser estendida aos dependentes legais do estrangeiro. Questão correta.

**22. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território nacional, mas não será exigido ao estrangeiro em viagem contínua que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.**

**Comentários:**

O visto de trânsito é concedido ao estrangeiro que está apenas passando pelo território nacional, com direção a outro país. Se a viagem for contínua, não haverá necessidade de visto de trânsito. Questão correta.

**23. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Ao estrangeiro que tenha entrado no Brasil na condição de turista, temporário ou asilado, e aos titulares de visto de cortesia, oficial ou diplomático, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil.**

**Comentários:**

É exatamente o que dispõe o art. 34, da Lei nº 6.815/80. Será possível a **prorrogação do prazo de estada** no Brasil aos estrangeiros que ingressarem no território nacional portando visto de cortesia, oficial ou diplomática e àqueles na condição de turista, temporário ou asilado. Questão correta.

**24. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Ao estrangeiro portador de visto de cortesia, oficial ou diplomático, que tenha entrado no país, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil, a qual não excederá 90 dias e poderá ser cancelada a critério do Ministério da Justiça.**

**Comentários:**



Pegadinha! De fato, poderá ser concedida prorrogação do prazo de estadia ao estrangeiro portador de visto de cortesia, oficial ou diplomático. No entanto, a legislação não prevê, **para esses vistos**, o prazo máximo de prorrogação. O **prazo máximo de prorrogação do visto de turista** é que será de **90 dias**. Questão errada.

**25. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Exige-se visto de saída do estrangeiro que pretender sair do território nacional, independentemente de ato do ministro da Justiça.**

**Comentários:**

Não se exige visto de saída do estrangeiro que pretender sair do território nacional. Questão errada.

**26. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso, ainda que não seja passível de extradição, na forma da legislação brasileira.**

**Comentários:**

Segundo o art. 7º, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso, desde que passível de extradição segundo a lei brasileira. Em outras palavras, **se o crime for passível de extradição** (segundo a lei brasileira), não poderá ser concedido visto. No entanto, **se o crime não for passível de extradição**, poderá ser concedido visto (ao contrário do que afirma a questão). Questão errada.

**27. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) A propriedade de imóvel urbano confere ao estrangeiro o direito de obter visto temporário e autorização de permanência no território nacional, pelo prazo máximo de um ano.**

**Comentários:**

Segundo o art. 6º, da Lei nº 6.815/80, *"a posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza, ou autorização de permanência no território nacional"*. Questão errada.

**28. (ATRFB-2009) O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de permanecer em território nacional por pelo menos dez dias.**

**Comentários:**

O visto de trânsito é concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de permanecer em território nacional por **até** 10 dias. Passou deste prazo, não ganha mais visto de trânsito. Questão errada.

**29. (ATRFB-2009)- Poderá ser dispensada a exigência de visto, com base em reciprocidade, estabelecida mediante acordo internacional.**

**Comentários:**

É possível a dispensa de exigência de visto, fundada em reciprocidade estabelecida por tratado internacional. Esse é o entendimento doutrinário dominante e ainda o estabelecido no art. 10 da Lei nº 6815/80 no que diz respeito ao visto de turista. Questão correta.

**30. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- A posse ou a propriedade de bens no Brasil confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza ou autorização de permanência no território brasileiro.**

**Comentários:**

A posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito subjetivo de obter visto de qualquer natureza. Questão errada.

**31. (Juiz Federal 5ª Região-2009)-O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território brasileiro.**

**Comentários:**

Essa é exatamente a função do visto de trânsito! Ele será concedido para um estrangeiro cujo objetivo não é permanecer no território brasileiro, mas sim passar pelo nosso território para chegar a outro país. Questão correta.

**32. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- O registro do estrangeiro deve ser mantido mesmo se o registrado obtiver naturalização brasileira.**

**Comentários:**

Se o estrangeiro se naturalizar brasileiro, seu registro perante o Ministério da Justiça será cancelado. Questão errada.



**33. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- A posse de bens imóveis no Brasil garante ao estrangeiro o direito de visto ou autorização de permanência.**

**Comentários:**

A posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza. Questão errada.

**34. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- A dispensa de visto ao turista estrangeiro natural de país que também dispense o visto de turista aos brasileiros, é automática e independe de lei ou de tratado, decorrendo do direito de reciprocidade.**

**Comentários:**

A reciprocidade na dispensa de visto é estabelecida em todos os casos mediante acordo internacional, conforme art. 10, parágrafo único da Lei nº 6815 / 80. Questão errada.

**35. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- É possível ao estrangeiro domiciliado em cidade de país limítrofe, exercer atividade remunerada no Brasil independentemente de visto de permanência, mediante documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, podendo, inclusive, ser expedida carteira de trabalho e previdência social.**

**Comentários:**

De fato, é possível que estrangeiro domiciliado em cidade de país limítrofe exerça atividade remunerada no Brasil, independentemente de visto de permanência. Questão correta.

**36. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)-O estrangeiro clandestino pode regularizar sua situação mediante a transformação de seu visto expirado de turista em visto permanente segundo juízo discricionário do Ministério da Justiça.**

**Comentários:**

É vedada a legalização da estadia de estrangeiro clandestino no Brasil. Questão errada.

### 1.4.3- Extradição, Deportação e Expulsão:

Os institutos jurídicos da extradição, deportação e expulsão muitas vezes causam confusões entre as pessoas, já que todos implicam no retorno do estrangeiro ao seu Estado de origem. A principal diferença entre eles reside, todavia, no motivo pelo qual o estrangeiro deverá regressar.

#### 1.4.3.1- Deportação:

Segundo Rezek<sup>9</sup>, a **deportação** é uma forma de exclusão, do território nacional, do estrangeiro que aqui se encontre após uma **entrada irregular ou cuja estada tornou-se irregular**. Um exemplo seria o do indivíduo que entrou clandestinamente no país. Ou, ainda, o do indivíduo que recebeu um visto com duração de 90 dias, os quais já se esgotaram.

Na deportação, não há envolvimento da cúpula do governo; quem toma a iniciativa são as autoridades locais – no caso do Brasil é a Polícia Federal. A deportação não tem caráter punitivo e o deportado poderá retornar ao país assim que tiver sua situação regularizada. A deportação do estrangeiro será feita para o **país da nacionalidade ou de procedência** do estrangeiro, ou para **outro que consinta em recebê-lo**.

A **deportação não será permitida** quando restar configurada **extradição inadmitida pela lei brasileira**. Esse será o caso de estrangeiro perseguido por crime político ou de opinião, o qual não pode ser extraditado. A admissibilidade da deportação nessa situação representaria a burla da regra de não-extradição para os crimes políticos ou de opinião.

A deportação é realizada individualmente, sendo vedada a deportação coletiva, que é prática condenada pelo direito internacional e tipificada como crime contra a humanidade pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI).

#### 1.4.3.2 – Expulsão:

A **expulsão** é uma forma de exclusão do estrangeiro do território nacional que também ocorrerá por iniciativa das autoridades

---

<sup>9</sup> REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**, 11ª Ed, rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

locais. O estrangeiro expulso **não tem um destino definido**, ele é literalmente “mandado embora” do território nacional. Ocorre que **somente o Estado de origem do expulso tem obrigação de acolhê-lo**. Se o Estado tem o direito de não admitir a entrada de estrangeiros em seu território, ele também poderá expulsá-los. Assim entende o direito internacional, que reconhece o direito do Estado de expulsar os estrangeiros que atentarem contra a segurança nacional ou contra a tranquilidade pública.

Uma regra consuetudinária de direito internacional é a de que o Estado não pode expulsar seus próprios nacionais. Ao contrário, o Estado é obrigado a acolher seus nacionais, independente de qualquer circunstância, sendo **proibido o banimento**. A Constituição Federal de 1988 segue essa mesma linha, proibindo penas de banimento.

Ao contrário da deportação, **a expulsão impede, a princípio, o retorno do estrangeiro ao país que o expulsou**. No Brasil, é passível de expulsão, de acordo com a Lei nº 6.815/80, o estrangeiro que, “... *de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.*”

A expulsão é competência do Presidente da República, que o fará após regular processo administrativo levado a cabo pelo Ministério da Justiça. A decisão de expulsar materializa-se em um Decreto, que obriga o estrangeiro a retirar-se do país e não mais retornar. O retorno do estrangeiro somente será possível caso o referido decreto seja revogado.

Segundo Accioly, **o direito de expulsão não pode ser exercido arbitrariamente, isto é, deve restringir-se às estritas necessidades da defesa e conservação do estado**. Assim, um princípio admitido pelo direito internacional é o de que qualquer governo só deverá declarar a expulsão por motivos que sejam graves.

O Estatuto do Estrangeiro relaciona no art. 75 algumas **situações em que não se procederá à expulsão**. Segundo esse dispositivo, não será permitida a expulsão: **i)** se esta implicar extradição inadmitida pela lei brasileira; **ii)** quando o estrangeiro tiver cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos; **iii)** quando o estrangeiro tiver filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dela dependa economicamente. Destaque-se que

---

<sup>10</sup> PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: Editora Juspodium, 2009

a **adoção ou o reconhecimento de filho brasileiro supervenientes** ao fato que motivar a expulsão **não é impedimento à realização** desta.

Tanto a expulsão quanto a deportação tem como característica a discricionariedade do ato governamental. Assim, embora não seja possível ao Estado deportar ou expulsar um estrangeiro que não tenha incorrido nas hipóteses legais que justificam essas medidas, o Estado sempre poderá deixar de deportar ou de expulsar o estrangeiro, mesmo diante das hipóteses legais justificadoras.

### 1.4.3.3- Extradição:

A **extradição** é o “ato pelo qual um Estado entrega a outro Estado indivíduo acusado de haver cometido crime de certa gravidade ou que já se ache condenado por aquele, após haver-se certificado de que os direitos humanos do extraditando serão garantidos.”<sup>11</sup>

Da definição de extradição podemos inferir o seguinte:

**1)** O extraditando é entregue diretamente ao Estado onde deva responder processo penal ou cumprir pena. Por meio da extradição, o Estado requerente objetiva julgar e punir um determinado indivíduo que se encontra no território de outro Estado. Trata-se de um **instituto jurídico destinado a promover a cooperação penal entre Estados**, pressupondo a existência de um processo penal contra o indivíduo.

**2)** O instituto da extradição pressupõe sempre a existência de um **processo penal**. Cabe destacar, todavia, que a extradição será possível tanto após a condenação quanto durante o processo.

Quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente, não será concedida a extradição. Isso porque a extradição pressupõe a existência de processo penal contra o indivíduo que está sendo requerido.

**3)** Um Estado deve fazer um pedido a outro Estado – pedido de extradição (**pleito extradicional**).

**4)** O pedido de extradição origina-se por iniciativa da justiça local do Estado requerente e só será aceito após manifestação da justiça local do Estado requerido.

---

<sup>11</sup> ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento & CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

**5) O Estado requerido deverá certificar-se que os direitos humanos do extraditando serão respeitados.**

...

A extradição possui como fundamento jurídico um **tratado entre os dois países envolvidos** ou ainda, na falta de um tratado, uma **promessa de reciprocidade**. Se um país A encaminha a um país B um pedido de extradição de um indivíduo poderemos ter, então, duas situações que fundamentem o ato de extradição:

- Existe um **tratado bilateral** entre A e B, no qual há um compromisso mútuo de extraditar um estrangeiro mediante solicitação um do outro. Segundo Mazzuoli, quando o pleito extradicional tiver fundamento em um tratado internacional este não poderá ser sumariamente indeferido pelo Presidente da República.<sup>12</sup>

- O país A se compromete a acatar futuros pedidos de extradição feitos por B (**promessa de reciprocidade**). Quando o pleito extradicional tem fundamento em promessa de reciprocidade, é plenamente possível a negativa da extradição pelo Presidente da República.

É uma prática usual no âmbito do direito internacional excluir-se do campo da extradição algumas espécies de crimes, tais como os políticos, de imprensa, religiosos e militares. Isso porque há o entendimento de que a extradição só é possível diante de crime de “certa gravidade”.

No Brasil, a própria CF/88 tratou do tema, determinando que **“não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.”** Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal poderá **deixar de considerar crimes políticos** os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, sequestro de pessoa, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

A prática de proibir a extradição de nacionais é também bastante usual no direito internacional. A CF/88, por exemplo, determina que **“nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.”**

---

<sup>12</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010

Chamo, no entanto, sua atenção para um detalhe interessante! O Brasil, de acordo com o § 4º do art. 5º da CF/88, se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional. Se um brasileiro cometer um crime passível de ser julgado por esse Tribunal – crime de genocídio, crime contra a humanidade, crimes de guerra, crime de agressão – ele será entregue àquela Corte para ser julgado. Perceba-se que o que temos aqui não é caso de extradição de brasileiro, mas de mera entrega, além do que o requerente não é Estado estrangeiro, mas um Tribunal Internacional.

Mas como funciona o processo de extradição no Brasil?

Segundo Valério Mazzuoli<sup>13</sup>, há **três fases no processo de extradição** (duas fases administrativas e uma fase judicial).

Na **primeira fase** (administrativa) o Estado requerente envia ao Estado requerido o pleito extradicional via Ministério das Relações Exteriores (MRE). O MRE encaminha esse pleito ao Ministério da Justiça, que o remete, por sua vez, ao STF.

Na **segunda fase** (judicial), o STF decide quanto à legalidade do pleito e defere ou não o pedido extradicional.

Na **terceira fase** (administrativa), parte-se para a execução do pleito extradicional, competindo ao Presidente da República a decisão final, que poderá divergir ou não da posição do STF.

A efetiva entrega do extraditando ao Estado requerente exige, todavia, a assunção de certos compromissos – respeitar os direitos humanos do extraditando. Nesse sentido, o STF já decidiu que se for feito um **pedido de extradição de um indivíduo condenado à morte, a efetiva entrega somente ocorrerá quando o Estado requerente se comprometer a comutar a pena de morte em pena de prisão**. Da mesma forma, a Corte Suprema que a entrega de um extraditando para Estado requerente que lhe imponha a **prisão perpétua** deve ser condicionada à **comutação dessa pena em prisão de até 30 anos**, que é o limite tolerável pela lei brasileira.<sup>14</sup>

Além disso, é vedada a concessão de extradição nos casos previstos no art. 77 do Estatuto do Estrangeiro, dispositivo que transcrevemos a seguir:

---

<sup>13</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

<sup>14</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

**Art. 77.** Não se concederá a extradição quando:

- I** - se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido;
- II** - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;
- III** - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;
- IV** - a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano;
- V** - o extraditando estiver a responder a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;
- VI** - estiver extinta a punibilidade pela prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;
- VII** - o fato constituir crime político; e
- VIII** - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção.

Cabe destacar, por sua importância, o caso Cesare Battisti, recentemente apreciado pelo Supremo Tribunal Federal!

Vamos aos fatos:

**1)** O governo italiano entrou com um pedido de extradição do italiano Cesare Battisti junto ao governo brasileiro.

**2)** No dia 19 de março de 2007, foi decretada a prisão preventiva do italiano Cesare Battisti pelo Ministro Celso de Mello.

**3)** No dia 16 de dezembro de 2009, a extradição foi julgada definitivamente pelo STF. A Corte Constitucional deferiu a extradição, mas afirmou que a decisão definitiva caberia ao Presidente da República. O STF afirmou, na oportunidade, que sua decisão não vincularia o Chefe do Executivo. Apesar de reconhecer a discricionariedade do Presidente, o STF afirmou que ela somente poderia existir nos limites conferidos pelo Tratado de Extradição Brasil-Itália.

**4)** No dia 31 de dezembro de 2010, o Presidente Lula negou a extradição do italiano Cesare Battisti, com fundamento em Parecer da Advocacia Geral da União.

**5)** Em 04 de fevereiro de 2011, a República Italiana ajuizou perante o STF Reclamação contra a decisão do Presidente da República de não extraditar Cesare Battisti.

Em dezembro de 2009, o STF já havia decidido que a **decisão final em processo de extradição compete ao Presidente da República** e que o deferimento do pedido extradiciona pela Corte Suprema **não vincularia o Chefe do Executivo**.



A maior controvérsia, no entanto, foi quanto à decisão tomada pelo Presidente Lula de não extraditar Battisti, apesar da existência de um tratado bilateral entre Brasil e Itália. A pergunta que se faz é a seguinte: pode o Presidente da República decidir pela não extradição havendo um tratado bilateral de extradição entre Brasil e Itália?

Em 08/06/2011, a maioria dos Ministros do STF decidiu que o Presidente da República, ao indeferir a extradição, tomou uma **decisão de caráter político, de manifestação da soberania nacional**. Logo, para o STF, a decisão do Presidente Lula de não extraditar Battisti teria sido plenamente legítima, mesmo existindo um tratado entre Brasil e Itália.

Vejamos como esse assunto já foi cobrado em prova!



**37. (ATRFB-2009)-Em nenhuma hipótese pode o estrangeiro deportado ser readmitido em território nacional.**

**Comentários:**

Pessoal, como dizem por aí, a deportação acontece até nas melhores famílias! :) Ela não tem caráter punitivo e **nada impede que, depois de regularizada a sua situação, o deportado retorne ao país**. Questão errada.

**38. (Juiz Federal – 5ª Região – 2007)- De acordo com o que dispõe o Direito Internacional, a deportação é uma forma de exclusão de estrangeiro que tenha ingressado de forma irregular no país ou cuja estada tenha se tornado irregular, ficando este estrangeiro impedido de retornar mesmo após sanada a irregularidade que provocou a deportação.**

**Comentários:**

Após sanada a irregularidade que provocou a deportação, o indivíduo poderá retornar ao país. Questão errada.

**39. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) A expulsão consiste na saída compulsória do estrangeiro e deverá ser efetivada para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro.**

**Comentários:**



O estrangeiro expulso não tem um destino definido, embora o seu Estado de origem tenha a obrigação de recebê-lo. A deportação, por sua vez, é efetivada para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro. Questão errada.

**40. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Não se concederá a extradição quando se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido.**

**Comentários:**

O **brasileiro naturalizado poderá ser extraditado**, no caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Questão errada.

**41. (OAB – 2006)- Um cidadão estrangeiro, sem visto de residência, mas casado há quatro anos com uma brasileira, pretende adotar uma criança brasileira para evitar sua iminente expulsão do Brasil. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não se procederá a expulsão caso a adoção venha a ser realizada.
- b) A expulsão poderá ser procedida apesar do casamento e da adoção.
- c) Não será possível a expulsão por força da existência do casamento.
- d) Proceder-se-á à expulsão de ambos os cônjuges e a adoção será vedada.

**Comentários:**

Letra A: errada. Não é fator impeditivo à expulsão a adoção ou reconhecimento de filho supervenientes ao fato que motivou a expulsão.

Letra B: correta. É fator impeditivo à expulsão a existência de casamento celebrado há **mais de 5 (cinco) anos**. Além disso, somente a adoção prévia é fator impeditivo à expulsão.

Letra C: errada. Para que o casamento fosse fator impeditivo à expulsão, ele deveria ter sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos.

Letra D: errada. Somente os estrangeiros podem ser expulsos. Assim, a mulher brasileira não poderá ser expulsa.

**42. (Instituto Rio Branco-2010) Não haverá extradição nos casos em que não houver processo penal contra o extraditando ou pena a ser por ele cumprida.**

**Comentários:**

Um dos pressupostos da extradição é a existência de processo penal ou de pena a ser cumprida pelo estrangeiro objeto do pedido extradicional. Dessa forma, a questão está correta.

**43. (Instituto Rio Branco-2010)- O requerimento de extradição terá sempre por fundamento a existência de um tratado entre dois países envolvidos.**

**Comentários:**

Nem sempre o requerimento da extradição tem como fundamento a existência de um tratado entre dois países envolvidos. Existe ainda outra possibilidade, que é a de que o pedido de extradição esteja fundamentado em uma promessa de reciprocidade. Questão errada.

**44. (Instituto Rio Branco-2010)-Fundada em tratado, a demanda extradicional não pode ser sumariamente recusada pelo Estado requerido.**

**Comentários:**

Segundo a doutrina dominante, quando uma demanda extradicional estiver fundamentada em um tratado, ela não pode ser sumariamente recusada. Logo, a questão está correta.

Destaque-se, todavia, que no episódio da extradição de Cesare Battisti, havia um tratado entre Brasil e Itália e, mesmo assim, foi recusada a extradição.

**45. (Instituto Rio Branco-2010)- O Estado brasileiro autoriza a extradição de brasileiros natos envolvidos na prática de crime de tráfico de drogas.**

**Comentários:**

A extradição de brasileiros natos é impedida pela CF/88. Questão errada.

**46. (ATRFB – 2009)- A competência para decidir sobre pedido de extradição, apresentado por Estado estrangeiro, é do Ministro da Justiça, sujeita a decisão a recurso ao Supremo Tribunal Federal.**

**Comentários:**

A competência para julgar pedido de extradição no Brasil é dividida entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Segundo recente entendimento do STF, ***quem decide definitivamente se extradita ou não um estrangeiro é o Presidente da República, sendo que a decisão do Judiciário não obriga o Chefe do Executivo.*** Questão errada.

**47. (Juiz Federal 5ª Região-2009) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.**

**Comentários:**

A extradição pressupõe a existência de processo penal. Logo, se o fato que motivar o pleito extradicional não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente, não há que se falar em extradição. Questão errada.

**48. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição constituir crime político.**

**Comentários:**

De acordo com a CF/88, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião. Questão errada.

**49. (OAB – 2007)- A extradição é um ato estatal que obriga o estrangeiro a sair do território nacional, ao qual não poderá mais retornar.**

**Comentários:**

A expulsão é que se caracteriza como um ato estatal que obriga o estrangeiro a sair do território nacional, não podendo mais retornar. Questão errada.

**50. (Consultor Legislativo / Câmara- 2002)- A extradição fundamenta-se tanto em tratado de extradição quanto na promessa de reciprocidade.**

**Comentários:**

A lei brasileira determina que a extradição poderá ser concedida quando o governo requerente se fundamentar em tratado, ou quando prometer ao Brasil a reciprocidade, o que torna a questão correta.

**51. (Consultor Legislativo / Câmara- 2002)- Não há proibição, no Brasil, de extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.**

**Comentários:**

O Brasil segue uma prática comum no direito internacional de excluir os crimes políticos e de opinião do campo da extradição. Assim, de acordo com o art. 5º, inciso LII, da CF/88, “não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião”. A questão está, portanto, errada.

**52. (Defensor Público da União – 2004)- As circunstâncias de o extraditando ser casado com brasileira há mais de cinco anos e de ter filho menor que seja brasileiro e dependente econômico do pai não são impeditivas da extradição, de acordo com a legislação brasileira.**

**Comentários:**

As circunstâncias de o estrangeiro ser casado com brasileira há mais de cinco anos e de ter filho menor que seja brasileiro e dependente econômico do pai são **impeditivas da expulsão** (e não da extradição!). Questão correta.

**53. (Defensor Público da União – 2004)-Considere a seguinte situação hipotética: Lúcio, condenado ao pagamento de pensão alimentícia aos filhos menores, em sentença de divórcio, decidiu emigrar para o Brasil, visando eximir-se dessa obrigação. A prisão do alimentante omissa foi decretada pelo juízo cível do seu Estado de origem. Nessa situação, havendo tratado extradicional, ou compromisso de reciprocidade de tratamento, entre o Brasil e o Estado de origem de Lúcio, este poderá ser extraditado pelo governo brasileiro.**

**Comentários:**

O inadimplemento de pensão alimentícia é um ilícito de **natureza civil**. Considerando que o pleito extradicional pressupõe a existência de um **processo penal**, Lúcio não poderá ser extraditado pelo governo brasileiro. Questão errada.

#### 1.4.4- Direitos do Estrangeiro:

Em primeiro lugar, é importante que tenhamos em mente que **nenhum Estado é obrigado a admitir que estrangeiros entrem em seu território**, seja a título definitivo ou temporário. Isso é uma decisão eminentemente discricionária, reconhecida como tal pelo direito internacional.

Ocorre que, uma vez que um Estado permita que um estrangeiro ingresse em seu território, ele assume deveres para com esse indivíduo, os quais variam segundo a natureza do ingresso.

Segundo Accioly<sup>15</sup>, os direitos que devem ser reconhecidos aos estrangeiros são:

**1)** Os direitos do homem ou individuais, isto é, a liberdade individual e a inviolabilidade da pessoa humana.

**2)** Os direitos civis e de família.

O reconhecimento dos direitos individuais aos estrangeiros está muito bem explicitado na Constituição Federal de 1998, que no caput de seu art. 5º estabelece que **todos são iguais perante a lei, garantindo-se ao brasileiro e ao estrangeiro residente no Brasil os direitos fundamentais da pessoa humana**. Em virtude da universalidade dos direitos humanos, aos estrangeiros que estejam a título temporário no Brasil também serão aplicáveis os direitos fundamentais.

Segundo Rezek, na maioria dos países, a lei costuma reconhecer aos estrangeiros, mesmo quando temporários, o gozo dos direitos civis. Entretanto, uma das exceções é a referente ao exercício do trabalho remunerado, acessível somente ao estrangeiro residente. Em relação aos imóveis, nos países ocidentais, é uma prática comum permitir que os estrangeiros adquiram sua propriedade. No Brasil, há **restrições à aquisição de terras na faixa de fronteiras por estrangeiros**.

Ainda com relação a direitos, podemos afirmar que **os estrangeiros não são detentores de direitos políticos, mesmo quando tenham residência permanente no território do Estado que os acolhe**. Isso implica que não é facultado ao estrangeiro o direito de votar e ser votado, ou seja, ele não possui cidadania efetiva. No Brasil, como decorrência da impossibilidade de exercer cidadania, o estrangeiro não pode propor uma ação popular.

---

<sup>15</sup> ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E do Nascimento & CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

Todavia, é possível que os países entrem em acordo entre si e, mediante tratados, estabeleçam privilégios para os nacionais de cada um no território do outro. É o que ocorre no caso de portugueses e brasileiros, cujos direitos e deveres recíprocos estão previstos no Estatuto da Igualdade.

#### 1.4.5- Condição Jurídica do Nacionalizado:

O que se quer saber aqui é como o naturalizado é tratado pelo direito internacional. Será que ele recebe os mesmos privilégios outorgados aos originariamente nacionais ou há alguma diferença?

O que se vê usualmente em direito internacional é que os nacionais originários ou natos são tratados de forma a possuir os mesmos direitos que os naturalizados – igualdade jurídica. No entanto, **alguns direitos são reservados unicamente aos detentores da nacionalidade originária**. Examinemos o caso do Brasil para podermos entender como isso funciona.

A Constituição Federal de 1988 faz uma declaração importante em relação à igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados. Segundo o referido diploma, em seu art.12, § 2º, a lei não poderá fazer distinção entre brasileiros natos e naturalizados. **Somente poderá haver discriminação entre um e outro nos casos previstos na própria Constituição.** Leis que discriminem entre brasileiros natos e naturalizados são flagrantemente inconstitucionais.

“E a Constituição discrimina os brasileiros natos dos naturalizados, Ricardo?”

Sim, ela faz discriminação entre a nacionalidade originária e a nacionalidade derivada em alguns casos, quais sejam:

**1)** O art.12, § 3º, da CF/88 estabelece que existem alguns cargos privativos de brasileiro nato: Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, carreira diplomática, oficial das Forças Armadas, Ministro de Estado da Defesa. Pegadinhas:

a) Pode um brasileiro naturalizado ser Deputado Federal ou Senador? Pode, ele só não pode ser Presidente do Senado ou da Câmara dos Deputados.

b) Pode um brasileiro naturalizado ocupar cargo de Ministro de Estado? Pode, ele só não pode ser Ministro da Defesa.

c) E um português pode ser oficial das forças armadas? Não, não pode. Os portugueses, quando houver reciprocidade de tratamento, terão os mesmos direitos que os brasileiros naturalizados.

**2)** O art.89, inciso VII, da CF/88 estabelece que 6 (seis) vagas do Conselho de República, órgão superior de consulta do Presidente da República, foram reservadas para brasileiros natos.

**3)** O art. 5º, inciso LI, da CF/88 estabelece que os brasileiros natos não serão, em hipótese alguma, extraditados. Já os naturalizados poderão ser extraditados em caso de crime comum cometido antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

**4)** O art. 222 da CF/88 estabelece restrições ao direito de propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora de sons e imagens. Só poderão ser proprietários desse tipo de empresa **brasileiros natos ou ainda os naturalizados há mais de 10 anos**. Se essa empresa for uma sociedade, **pelo menos 70% do capital total e votante deverá pertencer a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos**. Um brasileiro naturalizado há menos de 10 anos também não poderá participar da gestão desse tipo de empresa.

Vejamos como esse assunto já foi cobrado em prova!



**54. (OAB- 2007)-É proibida a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na própria Constituição.**

**Comentários:**

Segundo o art.12, § 2º, da CF/88, a lei não poderá fazer distinção entre brasileiros natos e naturalizados. Isso quer dizer que toda e qualquer discriminação entre um e outro deverá estar expressa na Constituição Federal. Questão correta.

**55. (OAB- 2007)- É privativo de brasileiro nato o cargo de ministro da Justiça.**

**Comentários:**

Os cargos privativos de brasileiros natos são os seguintes: i) Presidente e Vice-Presidente da República, ii) Presidente da Câmara dos

Deputados, iii) Presidente do Senado Federal; iv) Ministro do Supremo Tribunal Federal, v) carreira diplomática, vi) oficial das Forças Armadas e vii) Ministro de Estado da Defesa. Questão errada.



## LISTA DE QUESTÕES

1. (OAB – 2007)- Nacionalidade é o vínculo entre o indivíduo e a nação.
2. (Juiz Federal 1ª Região -2006)- A dimensão horizontal da nacionalidade é a ligação do indivíduo com o Estado a que pertence, que lembra a relação do vassalo com o seu suserano, e que contém uma série de obrigações do indivíduo para com o Estado.
3. (Juiz Federal 1ª Região -2006)-A cidadania acentua o aspecto internacional, ao distinguir entre nacionais e estrangeiros, enquanto que a nacionalidade valoriza o aspecto nacional.
4. (Juiz Federal 1ª Região-2006)-A nacionalidade é geralmente definida como o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado, ou, em outras palavras, o elo entre a pessoa física e um determinado Estado.
5. (Juiz Federal 1ª Região-2006)-A nacionalidade primária ou originária ocorre por via da naturalização, isto é, voluntária ou em tempos idos, também imposta e, em certos países, por meio do casamento.
6. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)- As regras básicas a respeito da concessão de nacionalidade são estabelecidas pelo direito internacional público.
7. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002) - A nacionalidade primária – ou originária – resulta de fato natural, o nascimento, e a secundária – ou adquirida -, de fato voluntário.
8. (Consultor Legislativo/Senado-2002)-Nacionalidade é um conceito mais amplo que o de cidadania. Por conseguinte, pressupõe-se que todo cidadão brasileiro é titular da nacionalidade brasileira, seja ela primária ou secundária.
9. (AGU-2010)-Um diplomata brasileiro, servindo em um Estado estrangeiro, contraiu empréstimo em um banco oficial desse Estado, a fim de quitar dívidas escolares de seu filho, que com ele reside e dele depende financeiramente, mas não pagou a dívida. Se o filho em questão tiver nascido no referido Estado estrangeiro, ele será brasileiro nato, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
10. (OAB-2007)- Considere que, durante uma viagem de navio, um casal de argentinos, que deixara seu país rumo a um passeio

pelo Caribe, tenha uma criança no momento em que o navio transite no mar territorial brasileiro. Nessa situação, a criança terá nacionalidade brasileira.

**11. (OAB – 2007)- A Constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.**

**12. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)-São brasileiros natos os nascidos em navios mercantes brasileiros, onde quer que se encontrem.**

**13. (ATRFB – 2009)-O estrangeiro que tenha filho ou cônjuge brasileiro preenche automaticamente os requisitos para a naturalização**

**14. (Consultor Legislativo/ Câmara-2002)- Têm direito à naturalização, no Brasil, os indivíduos originários de países de língua portuguesa que residam no país por um ano ininterrupto e sejam moralmente idôneos.**

**15. (OAB 2009.1)-Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.**

**16. (OAB 2009.1)- Brasileiro naturalizado que, em virtude de atividade nociva ao Estado, tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial só poderá readquiri-la mediante ação rescisória.**

**17. (OAB 2009.1)-Eventual pedido de reaquisição de nacionalidade feito por brasileiro naturalizado será processado no Ministério das Relações Exteriores.**

**18. (OAB 2009.1)-A reaquisição de nacionalidade brasileira é conferida por lei de iniciativa do presidente da República.**

**19. (OAB-2007)-A perda da nacionalidade brasileira somente poderá ocorrer caso haja aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária.**

**20. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação dependem do cumprimento dos requisitos previstos em lei, independentemente dos interesses nacionais.**

**21. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) O visto é individual e a sua concessão poderá estender-se aos dependentes legais do estrangeiro requerente.**

**22. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território nacional, mas não será exigido ao estrangeiro em viagem contínua que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.**

**23. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Ao estrangeiro que tenha entrado no Brasil na condição de turista, temporário ou asilado, e aos titulares de visto de cortesia, oficial ou diplomático, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil.**

**24. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Ao estrangeiro portador de visto de cortesia, oficial ou diplomático, que tenha entrado no país, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil, a qual não excederá 90 dias e poderá ser cancelada a critério do Ministério da Justiça.**

**25. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Exige-se visto de saída do estrangeiro que pretender sair do território nacional, independentemente de ato do ministro da Justiça.**

**26. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso, ainda que não seja passível de extradição, na forma da legislação brasileira.**

**27. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) A propriedade de imóvel urbano confere ao estrangeiro o direito de obter visto temporário e autorização de permanência no território nacional, pelo prazo máximo de um ano.**

**28. (ATRFB-2009) O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de permanecer em território nacional por pelo menos dez dias.**

**29. (ATRFB-2009)- Poderá ser dispensada a exigência de visto, com base em reciprocidade, estabelecida mediante acordo internacional.**

**30. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- A posse ou a propriedade de bens no Brasil confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza ou autorização de permanência no território brasileiro.**

**31. (Juiz Federal 5ª Região-2009)-O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território brasileiro.**

**32. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- O registro do estrangeiro deve ser mantido mesmo se o registrado obtiver naturalização brasileira.**

**33. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- A posse de bens imóveis no Brasil garante ao estrangeiro o direito de visto ou autorização de permanência.**

**34. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- A dispensa de visto ao turista estrangeiro natural de país que também dispense o visto de turista aos brasileiros, é automática e independe de lei ou de tratado, decorrendo do direito de reciprocidade.**

**35. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)- É possível ao estrangeiro domiciliado em cidade de país limítrofe, exercer atividade remunerada no Brasil independentemente de visto de permanência, mediante documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, podendo, inclusive, ser expedida carteira de trabalho e previdência social.**

**36. (Juiz Federal- 4ª Região – 2007)-O estrangeiro clandestino pode regularizar sua situação mediante a transformação de seu visto expirado de turista em visto permanente segundo juízo discricionário do Ministério da Justiça.**

**37. (ATRFB-2009)-Em nenhuma hipótese pode o estrangeiro deportado ser readmitido em território nacional.**

**38. (Juiz Federal – 5ª Região – 2007)- De acordo com o que dispõe o Direito Internacional, a deportação é uma forma de exclusão de estrangeiro que tenha ingressado de forma irregular no país ou cuja estada tenha se tornado irregular, ficando este estrangeiro impedido de retornar mesmo após sanada a irregularidade que provocou a deportação.**

**39. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) A expulsão consiste na saída compulsória do estrangeiro e deverá ser efetivada para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro.**

**40. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Não se concederá a extradição quando se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido.**

**41. (OAB – 2006)- Um cidadão estrangeiro, sem visto de residência, mas casado há quatro anos com uma brasileira, pretende adotar uma criança brasileira para evitar sua iminente expulsão do Brasil. Assinale a alternativa correta:**

a) Não se procederá a expulsão caso a adoção venha a ser realizada.

- b) A expulsão poderá ser procedida apesar do casamento e da adoção.
- c) Não será possível a expulsão por força da existência do casamento.
- d) Proceder-se-á à expulsão de ambos os cônjuges e a adoção será vedada.

**42. (Instituto Rio Branco-2010) Não haverá extradição nos casos em que não houver processo penal contra o extraditando ou pena a ser por ele cumprida.**

**43. (Instituto Rio Branco-2010)- O requerimento de extradição terá sempre por fundamento a existência de um tratado entre dois países envolvidos.**

**44. (Instituto Rio Branco-2010)-Fundada em tratado, a demanda extradicional não pode ser sumariamente recusada pelo Estado requerido.**

**45. (Instituto Rio Branco-2010)- O Estado brasileiro autoriza a extradição de brasileiros natos envolvidos na prática de crime de tráfico de drogas.**

**46. (ATRFB – 2009)- A competência para decidir sobre pedido de extradição, apresentado por Estado estrangeiro, é do Ministro da Justiça, sujeita a decisão a recurso ao Supremo Tribunal Federal.**

**47. (Juiz Federal 5ª Região-2009) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.**

**48. (Juiz Federal 5ª Região-2009)- Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição constituir crime político.**

**49. (OAB – 2007)- A extradição é um ato estatal que obriga o estrangeiro a sair do território nacional, ao qual não poderá mais retornar.**

**50. (Consultor Legislativo / Câmara- 2002)- A extradição fundamenta-se tanto em tratado de extradição quanto na promessa de reciprocidade.**

**51. (Consultor Legislativo / Câmara- 2002)- Não há proibição, no Brasil, de extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.**

**52. (Defensor Público da União – 2004)- As circunstâncias de o extraditando ser casado com brasileira há mais de cinco anos e de**

ter filho menor que seja brasileiro e dependente econômico do pai não são impeditivas da extradição, de acordo com a legislação brasileira.

**53. (Defensor Público da União – 2004)-** Considere a seguinte situação hipotética: Lúcio, condenado ao pagamento de pensão alimentícia aos filhos menores, em sentença de divórcio, decidiu emigrar para o Brasil, visando eximir-se dessa obrigação. A prisão do alimentante omissa foi decretada pelo juízo cível do seu Estado de origem. Nessa situação, havendo tratado extradicional, ou compromisso de reciprocidade de tratamento, entre o Brasil e o Estado de origem de Lúcio, este poderá ser extraditado pelo governo brasileiro.

**54. (OAB- 2007)-** É proibida a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na própria Constituição.

**55. (OAB- 2007)-** É privativo de brasileiro nato o cargo de ministro da Justiça.

### GABARITO

1. E	13. E	25. E	37. E	49. E
2. E	14. C	26. E	38. E	50. C
3. E	15. E	27. E	39. E	51. E
4. C	16. C	28. E	40. E	52. C
5. E	17. E	29. C	41. Letra B	53. E
6. E	18. E	30. E	42. C	54. C
7. C	19. E	31. C	43. E	55. E
8. C	20. E	32. E	44. C	
9. E	21. C	33. E	45. E	
10. C	22. C	34. E	46. E	
11. E	23. C	35. C	47. E	
12. E	24. E	36. E	48. E	